

## RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO TÉCNICO

**Evento:** *Viagem de estudo ao Polo de Grãos de Paragominas*

**Objetivo:** Conhecer, analisar e avaliar a situação atual da cadeia produtiva de grãos no Polo de Grãos de Paragominas e emitir parecer para subsidiar a Diretoria da FAEPA/SENAR.

**Especificações:** Reunião realizada sob os auspícios da FAEPA/SENAR.

Local		Data		Lugar
Estado	Cidade	Início	Término	Cidade e Campo
Pará	Paragominas	03/04/2018	05/04/2018	

**Equipe:**

Eng.º Agr.º Emeleocipio Botelho de Andrade

Eng.º Agr.º Francisco Benedito da Costa Barbosa

**Pessoas contatadas:**

**Paulo Pombo Tocantins** - Prefeito do Município de Paragominas.

**Mosemary Pereira** - Vice-prefeita do Município de Paragominas.

**Eng.º Agr.º Breno Lima Colonnelli** - Secretário de Agricultura do Município de Paragominas.

**Ronaldo Dias de Castro** - Técnico "A" da Embrapa Amazônia Oriental.

**Eng.º Agr.º Francisco William de Oliveira** - Diretor da Multigrain.

**Renan Busnello** - Diretor da Aprosoja.

**Eng.º Agr.º Francisco Schreiner** - Gerente de Produção de Sementes da Cultivar Sementes.

**Eng.ª Agr.ª Glória Carolina Araújo Ribeiro** - Técnica Analista de Sementes da Cultivar Sementes.

**Mirta Demachki** - Diretora da Rádio Jarana FM 101,1

**Newton Cézar** - Radialista da Rádio Jarana FM 101,1

**Andreia Rocha** - Radialista da Rádio Jarana FM 101,1

**Desenvolvimento:**

**ANTECEDENTES:**

Sem dúvida, a construção da BR 010, conhecida como Rodovia Belém- Brasília, foi um dos marcos referenciais do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955/1961). Ao estabelecer uma via de acesso com 2000 Km entre a capital do Estado do Pará e o Distrito Federal, atravessando 800 km de Cerrado e 1.200 Km de Floresta amazônica, além de contribuir para a realização do sonho de integrar todo território nacional, em sua Marcha para o Oeste e Norte, disponibilizou centenas de milhões de hectares de terras aptas a serem desbravadas e gerar riqueza a um povo ávido por trabalho.

Entre as dezenas de pequenos povoados às margens dessa rodovia, há de ser dado o devido destaque para a cidade de Paragominas. Localizada a 300 Km de Belém, os 1,93 milhões de hectares que compõem a área municipal, estão assentados em um platô com relevo levemente ondulado, cuja altitude máxima não ultrapassa os 150 metros acima do nível do mar. As classes de solos predominantes são os Latossolos e Argissolos. São solos profundos, friáveis com textura argilosa média a alta, porém de baixa fertilidade natural (EMBRAPA, 2006). O clima quente e úmido, apresenta duas estações distintas caracterizadas por intensa precipitação pluviométrica nos meses de

janeiro a maio, com um total de 1400 mm de água, contrastando com um período mais seco de junho a dezembro com 300 mm, sendo que, nos meses de agosto a novembro, o total de chuvas mensal não atinge 50 mm, o que o enquadra como Clima Aw1 na classificação de Köppen. A temperatura diária varia de 20,8°C a 34°C com média mensal de 26,3°C. A diferença entre a média do mês mais frio 25,6°C e a média do mês mais quente 27°C, não ultrapassa 1,5°C, o que caracteriza uma uniformidade anual de temperatura quente. A umidade é de 64% no mês mais seco, e 95% no mês mais úmido (Bastos, 2005). Sua cobertura vegetal era constituída pela floresta tropical densa e multivariada, rica em árvore de grande porte como o mogno (*Swietenia macrophylla*), cedro (*Cedrela odorata*), acapu (*Vouacapoua americana*), entre outras madeiras nobres. Essas características agroambientais atraíram um grande número de desbravadores oriundos de todos os rincões do País que deram início à colonização desse pedaço de chão, em uma saga que ainda não completou seis décadas.

Pouco antes da construção da BR 010, astutos, audaciosos e não bem-intencionados aventureiros, demarcaram terras, em lotes de extensão variada e os comercializavam como se legais fossem, baseados em documentos espúrios e registrados em cartórios de origem suspeita. Com utilização da coerção e uso da força, garantiam a suposta validade legal de suas terras e disputavam ferozmente as áreas restantes com os bandos, cada mais numerosos, de “grileiros” que surgiam a todo momento. Dessa forma, com esse ardil, ludibriavam homens sérios, trabalhadores e de boa fé, que jamais suspeitaram da trama que envolviam esses falsos documentos. A partir de então, uma avassaladora ação sobre a mata, ao som barulhento das motosserras, tomou lugar e enriqueceu um significativo número de pioneiros com a venda cada vez maior de toras das valiosas madeiras nobres disponíveis em abundância.

Concomitante e logo após à essa ação, o fogo era atado à vegetação remanescente e abundante, porém de pouco valor comercial. A área, agora limpa e enriquecida com a cinza, permitia o crescimento vigoroso do capim colônia (*Panicum maximum*), que alimentava o gado bovino de origem genética obscura que, agora, originava outro tipo de produtor, o criador de gado. E assim, em pouco tempo, a comunidade foi crescendo e a cidade se urbanizando, já contando com dezenas de milhares de habitantes, os quais ansiavam por uma organicidade governamental pública mais oficializada.

Dessa forma, a primeira etapa de seu crescimento econômico deu-se pela exploração extrativa da madeira nativa e da pecuária extensiva. É dizer que este município foi o pioneiro em utilizar a pecuária com pastagem plantada na Amazônia brasileira, no ano de 1957, na área onde se instalaria a Agropecuária Boa Sorte Ltda., de Ariston Alves Silva, localizada no povoado conhecido como km 204 da rodovia Belém-Brasília, hoje distrito municipal do Piriá (Barbosa, 2016).

Com o advento da intervenção militar no País, em março de 1964, o então governador-interventor do Pará, coronel Jarbas Passarinho (Junho de 1964/Janeiro de 1966) criou, em 04 de janeiro de 1965, o município de Paragominas, através da Lei Nº 3.235/65, cujas referências cartográficas o estabelecem como localizado na Mesorregião Nordeste Paraense, aproximadamente entre as coordenadas de 2°25'S e 4°9'S e 46°25'W e 48°54' W. É drenado pela bacia do Rio Capim e servido por três importantes rodovias BR 010, PA 125 e PA 256.

Esse marco regulatório jurídico proporcionou significativas mudanças no contexto da organização social e no usufruto de benefícios legalmente estabelecidos no âmbito da legislação estadual. Todavia, embora a exploração da madeira continuasse a

sustentar a geração de riqueza, a atividade de criatório bovino padecia com o esgotamento da fertilidade do solo, naturalmente pobre, o que preocupava os agropecuaristas.

Com a criação da Embrapa, em dezembro de 1972 e implantada em abril de 1973, que sucedeu ao antigo Instituto Agrônomo do Norte-IPEAN, que já vinha realizando pesquisas no local, as pesquisas se intensificaram por meio da decisão política do governo federal em integrar, definitivamente, a Região Amazônica ao território Nacional. Com o apoio da SUDAM (antiga SPEVEA), Banco da Amazônia, INCRA, CIBRAZEM, Companhia de Financiamento da Produção-CFP, EMBRATER e diferentes planos de desenvolvimento regional como o PIN, PROTERRA, PROBOR, entre outros, o município de Paragominas, com a colaboração decisiva de produtores experientes e dedicados, onde se destacou o Sr. Naor Lima, viabilizaram a realização das pesquisas e estudos, as quais foram conduzidos na área de melhoramento de pastagens e recuperação da fertilidade do solo. A carência de Fósforo foi identificada e dosagens específicas desse nutriente estabelecidas. Todavia, os preços da arroba da carne, não compensavam a aplicação dos 25 kg de  $P_2O_5$ /hectare recomendados, devido aos elevados preços dos fertilizantes importados.

A partir de 1975, o movimento ambientalista internacional que, desde a década passada, vinha se posicionando incisivamente em defesa do meio ambiente em todo planeta inicia, na região amazônica, sua ação ostensiva contra o desmatamento das florestas nativas, ricas em biodiversidade. Essa ostensiva atividade punha em risco as duas mais lucrativas e florescentes atividades econômicas do recém-criado município: a exploração madeireira e o criatório de gado. Trava-se então uma disputa acirrada entre ambientalistas e produtivistas, cujo clima beligerante se recrudesceu e permanece até o momento.

A Embrapa, por sua vez, ao criar seus centros de produtos (Milho e Sorgo; Arroz e Feijão; Soja; Mandioca e Fruticultura; Gado de Corte; Gado de Leite, entre outros) e seus centros de estudos dos recursos naturais (Centro de Cerrados e Trópico Úmido, entre outros) disponibilizou cultivares que viabilizaram o avanço da soja, uma cultura típica das regiões subtropicais (abaixo do Paralelo 23°S e acima do Paralelo 30° N), para ocupação de toda a faixa tropical, bem como cultivares de milho híbrido de elevada produtividade. Com isso, incorporou ao processo produtivo nacional 204 milhões de hectares de Cerrado, terras localizadas no Planalto Central do Brasil, até então consideradas marginais. Neste contexto a cidade de Balsas, no Maranhão, no Paralelo 7°30' S, iniciou, com sucesso, o plantio de soja em seus Cerrados de elevada altitude, com pioneiros produtores gaúchos.

Em 1992, durante o governo de Jader Barbalho (março de 1991/março 1994), um grupo de técnicos da Secretaria de Agricultura do Pará - SAGRI, o Eng.º agrônomo Emeleocipio Andrade, Diretor Geral da SAGRI; Francisco Benedito da Costa Barbosa, Assessor Técnico do Secretário da SAGRI e Paulo Sérgio Botelho Soares, Diretor Técnico da SAGRI, percebendo o êxito da soja no Estado vizinho e, considerando a existência de centenas de milhares de hectares de solos de Cerrado no sul do Estado do Pará e na mesma latitude de Balsas (Redenção-PA 8°03' S), resolveram, em colaboração com o Centro de Soja da Embrapa, realizar uma viagem de estudo às regiões produtoras, incluída Balsas, no sentido de avaliar a possibilidade de introduzir o plantio de soja no Estado Pará (Andrade, 1992). Ante a confirmação dessa possibilidade, a Embrapa Amazônia Oriental inicia os testes de avaliação de cultivares dessa cultura no sul do Pará, tendo à frente seu especialista na cultura da soja, o pesquisador Jamil C. El-Husny (El-Husny, 1997 e El-Husny, 1998). Com os resultados

promissores dessa iniciativa foi lançado, em 14 junho de 1994, terça-feira, pelo então secretário de Agricultura, Carlos Alberto Franco, com a presença do governador do Estado Carlos Santos (março 1994/janeiro 1995), o “1º Polo Agroindustrial de Soja - Sudeste Paraense” (SAGRI, 1994).

Em 1997, o então prefeito de Paragominas Sidney Rosa (1996/2000), solicitou à Embrapa a realização de pesquisas sobre o comportamento de cultivares de soja no seu município, sendo prontamente atendido. Surpreendentemente, os resultados foram excelentes e, a partir do ano 2000, havia indicações de cultivares de soja com produtividades superiores a 50 sacos/hectares que viabilizavam o seu cultivo econômico (El-Husny, 1997 e El-Husny, 1998). Desse ponto em diante inicia-se, com certa timidez, a produção de grãos em escala empresarial, onde o binômio soja e milho era recomendado ser alternado em cultivos sucessivos. Após quatro anos de safras de grãos, o capim pode ser introduzido ao sistema e, utilizando o efeito residual dos fertilizantes, permite sustentar a produtividade de rebanhos com matrizes de elevada produtividade.

A partir de 2004, o município de Santarém, no Oeste paraense, ao observar o êxito dos plantios desse sistema em suas áreas, também começou a expandir sua área plantada com soja. Esse fato recrudesceu o temor das organizações não-governamentais ambientalistas que intensificaram suas ações de proteção ambiental. Com vistas a encontrar uma solução para este aparente entrave, as organizações públicas de pesquisa e aquelas ambientalistas decidiram realizar um Simpósio para discussão do tema. Essa reunião com o tema “A geopolítica da soja na Amazônia” deu origem a uma publicação com a opinião de 16 técnicos que expressaram seus diferentes pontos de vista (Andrade, 2006).

Hoje, decorridos 25 anos dos estudos pioneiros, a situação do cultivo da soja no Estado do Pará e no município de Paragominas é surpreendente.

**Soja plantada às margens da rodovia PA 125 que dá acesso à cidade de Paragominas.**



## A CADEIA PRODUTIVA DA SOJA NO ESTADO DO PARÁ.

O Estado do Pará apresenta quatro polos de produção de soja. O Polo do Sul do Pará, constituído de áreas de Cerrado. O Polo de Paragominas localizado no Nordeste paraense. O Polo de Santarém, localizado no Oeste do Pará, em um polígono formado pelos 20 Km da cidade de Belterra até a embocadura do Rio Tapajós e os 30 km da margem do rio Amazonas, descendo até a altura da cidade de Mojuí dos Campos, e o Polo da BR 163 que faz referência à soja plantada nessa rodovia, especificamente na região do município de Novo Progresso e na Rodovia Transamazônica, considerando o entorno da cidade de Altamira, estes últimos localizados em bioma amazônico, de floresta antropizada. A tabela abaixo apresenta os quatro polos de produção de soja, os seus municípios componentes, a área plantada e a produção desses polos.

### Área plantada e produção nos polos de produção de soja no Estado do Pará. 2018.

POLOS	MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	%
PA RA GO MI NAS	Paragominas	125.000	375.000	27,52
	Ipixuna do Pará	6.000	18.000	1,32
	Nova Esperança do Piriá	7.000	21.000	1,54
	Ulianópolis	35.000	105.000	7,70
	Dom Eliseu	45.000	135.000	9,91
	Rondon do Pará	25.000	75.000	4,58
	Abel Figueiredo	4.000	12.000	0,88
	Tailândia	4.200	12.600	0,92
<b>Total 1</b>		<b>251.200</b>	<b>753.600</b>	<b>55,30</b>
SUL	Santana do Araguaia	78.000	234.000	17,17
DO	Santa Maria Barreiras	21.000	63.000	4,62
PA	Redenção	5.000	15.000	1,10
RÃ	Outros	6.000	18.000	1,32
<b>Total 2</b>		<b>110.000</b>	<b>330.000</b>	<b>24,22</b>
SANTA RÉM	Santarém	45.500	136.500	10,02
	Belterra	19.500	58.500	4,29
<b>Total 3</b>		<b>65.000</b>	<b>195.000</b>	<b>14,31</b>
BR 163	Altamira	14.000	42.000	3,08
	Novo Progresso	14.000	42.000	3,08
<b>Total 4</b>		<b>28.000</b>	<b>84.000</b>	<b>6,16</b>
<b>TOTAL</b>		<b>454.200</b>	<b>1.362.600</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Multigrain, 2018

Como pode ser observado, o Estado do Pará detém 454.200 hectares de soja, com uma produção estimada em 1.362.600 toneladas de grãos. O Polo de Paragominas, composto por oito municípios é o mais dinâmico e, os 251.000 hectares plantados, representam 55% do total do Estado que garantiram a colheita de 753.600 toneladas de grãos. O município de Paragominas, com seus 125.000 hectares plantados e a produção de 375.000 toneladas de grãos de soja, tem a cidade de Paragominas como sede desse Polo produtivo.



O processo produtivo da cultura da soja segue a linha tradicional utilizado em todo o País. Os plantios ocupam áreas degradadas de floresta ou pastos sujos. Dado o relativamente baixo teor de Alumínio no solo, quando comparado ao Cerrado, a quantidade de calcário utilizada é baixa (uma tonelada por hectare). Esse calcário é oriundo de Xambioá ou Palestina, onde o custo do produto é R\$ 50/55,00 por tonelada e o transporte R\$125/130,00 por tonelada. Os fertilizantes e defensivos tem preços competitivos dada a proximidade do porto de Belém. A disponibilidade de sementes para o plantio sempre foi um relativo problema, devido a época de plantio ser diferente das outras regiões produtoras. Inicialmente os materiais da Embrapa eram os mais utilizados. Com o advento da soja transgênica, as cultivares importadas passaram a ser as mais utilizadas. De acordo com informação dos especialistas, cerca de 70% das sementes plantadas no Polo de Produção de Paragominas são da Monsanto (cultivar Monsoy 8644).

Essa situação está sendo regularizada devido a atuação da empresa Cultivar Sementes, pertencente ao Grupo Carminatti, cuja matriz, a Empresa Juparanã, é tradicional comercializadora de produtos agropecuários. Este grupo é um dos maiores plantadores de soja do município, com 16.000 hectares de soja plantados na última safra. A Cultivar Sementes detém uma usina de beneficiamento de sementes e domina todo o seu processo de produção, desde o plantio, secagem, testes de germinação, classificação, tratamento, embalagem e venda do produto final. O seu corpo técnico é de muito boa competência e formado na região. Seu material botânico é oriundo de uma parceria com a Monsoy e Syngenta, as quais lhe concederam a licença de suas sementes genéticas, produção das sementes básicas e a comercialização das sementes certificadas, mediante o pagamento dos devidos royalties. As sementes certificadas produzidas são: Monsoy 864, Monsoy 7739, Monsoy 8644 e Monsoy 8349, Syngenta 1183 e Syngenta 1285, todas portadores do gene RR. Na última safra foram produzidas 4.600 toneladas de sementes que originaram 148.000 sacos comercializados.

**Vista da usina de beneficiamento de sementes da *Cultivar Sementes* do Grupo Juparanã.**



**Plantio de soja, em fase de colheita, utilizando sementes produzidas em Paragominas.**



Uma vez plantada, a cultura irá depender das condições climáticas, a qual estabelece um enorme nível de risco aos produtores. A ocorrência de pragas e doenças ainda não tem sido um fator determinante de preocupação. As doenças mais frequentes têm sido plenamente controladas com os defensivos existentes no mercado. Elas são a antracnose, mancha alvo e outras de ataque menos severo.

O aparato mecânico envolvido na colheita mecanizada é, em grande parte, de propriedade dos produtores ou contratadas por empresas de fora que atendem as solicitações quando o negócio lhes parece lucrativo.

**Galpão de máquinas utilizadas na colheita de grãos.**





Outro fator determinante no processo produtivo de grãos é o tratamento pós-colheita. Um aparato constituído de secadores que, ao retirar o excesso de umidade dos grãos, estes são tratados e levados aos silos para armazenamento. Os silos representam a capacidade estática que, ao protegerem os grãos de intempéries, garante a segurança quando da ocorrência de indisponibilidade de transporte. A capacidade estática segura de um sistema de produção de grãos, segundo os especialistas, situa-se em cerca de 50% do total de grãos colhidos. Esse parece ser um índice já atingido no município de Paragominas. Essa infraestrutura é, geralmente, assumida pelas empresas comercializadoras da produção.

Os grãos de soja produzidos em Paragominas e, por extensão, no Estado do Pará, são todos comercializados com empresas multinacionais e exportados aos países consumidores. As principais empresas são Cargil, Bunge, ADM, Glencore, Multigrain, Cofco e Maggi.

### **Visão de infraestrutura de secadores de grãos e silos no município de Paragominas.**





**Visão da infraestrutura de secadores de grãos e silos no município de Paragominas.**



**Visão de infraestrutura de secadores de grãos e silos, às margens da BR 010, no município de Paragominas.**



No sistema de produção de grãos, como já referido, é recomendada a rotação de culturas como a soja, seguida de milho ou arroz, finalizando com o plantio de capim para o pastejo do gado, com o intuito de evitar a ocorrência e disseminação de pragas inerentes a cada cultura. Estas culturas, em modo consorciado, podem também fazer parte do sistema de integração de lavoura de grãos, pecuária e florestas, no que se convencionou chamar de sistema iL,P,F, bastante utilizado na região. O plantio de essências florestais é uma excelente alternativa e muito utilizado em áreas após longo tempo de utilização agropecuária.

**Área de soja apresentando ao lado um cultivo de eucalipto.**





**Uma das áreas de produção de soja pertencentes ao Grupo Juparanã**



**Plantio de soja às margens da BR 010, próximo à Paragominas**





**Plantio de arroz, em rotação com soja, no Polo de Soja de Paragominas**



**Plantio de milho, em rotação com soja, no Polo de Soja de Paragominas**





**Plantas de soja no campo, apresentando muito boa sanidade.**



**Planta de soja em fase de término da frutificação**



**PRINCIPAIS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA NO POLO DE PARAGOMINAS.**

A cadeia produtiva da soja tem estado frequentemente submetida à diferentes pressões que contribuem para elevar os níveis de riscos dessa atividade. Todavia, o

apoio institucional público, principalmente aqueles cujo desempenho dos empreendimentos rurais está na dependência da eficácia e eficiência das instituições responsáveis por sua liberação, são os que mais afetam o bom andamento do setor.

No âmbito do governo estadual, o viés ambientalista, em apoio às iniciativas do governo federal, segundo os produtores, na medida em que dificulta, permanentemente, o bom andamento dos trâmites burocráticos oficiais, incentiva a ação prejudicial das entidades ambientalistas que persistem no sentido de encontrar mecanismos capazes de frear o dinamismo natural da cadeia produtiva.

Em 2016, com a criação do Programa PARÁ 2030, a cadeia produtiva dos grãos mereceu sua inclusão entre as 13 cadeias eleitas, entretanto, dado a autonomia natural apresentada pela cadeia produtiva da soja, tem sido limitada as ações efetivas de apoio advindas do governo estadual.

Três são os principais obstáculos que impedem um desempenho mais acelerado da cadeia produtiva do agronegócio da soja no Estado do Pará, a saber:

1. A plataforma logística (matriz de transporte multimodal);
2. A regularização fundiária;
3. O processo de regulamentação e licenciamento ambiental.

A maioria desses entraves está relacionada às ações desenvolvidas pelos componentes que constituem o ambiente institucional público.

### **A plataforma logística**

Um dos apelos significativos que sensibiliza os produtores a investirem no agronegócio da cadeia produtiva da soja no Pará é, fundamentalmente, a relativamente curta distância que separam as áreas de produção dos polos produtivos, em relação aos portos de escoamento, bem como a real possibilidade de serem estabelecidas matrizes multimodais de transporte, quer fluvial/rodoviário, quer rodoviário/ferroviário/fluvial. No caso do Polo de Paragominas existe a possibilidade de escoamento, tanto pelo porto de Barcarena ou no futuro porto de Outeiro, como pela Ferrovia da Vale, com embarque em Açailândia. São imprescindíveis as ações que promovam a viabilização urgente de revitalização do rio Capim, com a criação do porto na PA 256. É, também, urgente a melhoria da trafegabilidade da PA 252 no trecho Mãe do Rio/Acará.

### **A regulamentação fundiária.**

As áreas de domínio dos estados da região amazônica têm estado submetidas à forte interferência do governo federal. Durante as últimas quatro décadas as intervenções legais nesse patrimônio estatal têm sido prejudiciais. Estas perdas têm ocasionado limitação na adoção de políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico estadual, o que se reflete em uma fragilidade na soberania dos governadores. Essa supressão de dominialidade da terra ocorre em 62,6% das áreas dos estados da região Norte, exceto o Tocantins, que estão legalmente atribuídas à diferentes usos na forma de reservas legais, reservas biológicas, florestas nacionais, terras indígenas, áreas militares, entre outras, e que somam 223,8 milhões de hectares.

Especificamente, no Estado do Pará, além dessa intervenção federal, a jurisdição fundiária sob domínio federal é exercida por três superintendências do INCRA, em uma área de 19 milhões de hectares destinados aos assentamentos da reforma agrária

que correspondem a mais de 15% de seu território. É dizer que, no Pará, o governo estadual tem o domínio sobre apenas 17% de seu território.

**Áreas legalmente atribuídas nos estados da Região Norte, exceto o Tocantins.**

<b>Estados</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Área legalmente atribuídas</b>	<b>% da área do Estado</b>
Amazonas	155.915764	87.586.609	56
Pará	124.795.667	84.736.724	68
Rondônia	23.759.069	13.940.122	59
Roraima	22.430.051	16.316.712	73
Acre	16.412.346	9.494.461	58
Amapá	14.282.852	11.756.295	82
	<b>357.595.749</b>	<b>223.830.924</b>	<b>62,6</b>

Fonte: Embrapa/Gite, 2015

No referente ao montante remanescente dessa área, o marco regulatório jurídico oficial dos documentos expedidos é, como referido no caso do município de Paragominas, em significativa quantidade, eivado de inconsistências normativas. A fragilidade ou mesmo a frequente ausência de uma nítida cadeia dominial dificulta os procedimentos de regularização desses documentos, o que torna redundante e oneroso o processo burocrático. Grande parte dessa situação tem sido atribuída à ocorrência das atitudes espúrias já comentadas.

Segundo informação do Sr. Renan Busnello, diretor da Aprosoja, no município de Paragominas 70% das áreas antropizada e aptas à produção agropecuária não estão com sua situação fundiária regularizada. Segundo esse empresário, que é, também, produtor de grãos em Paragominas, a falta de regularização fundiária das propriedades rurais coloca-se como o principal entrave para a expansão do agronegócio no município, pois todo o processo de legalização para a produção começa na comprovação da legitimidade da área a ser cultivada. Para a solução deste grave entrave ao desenvolvimento econômico do município é de singular importância o papel da Prefeitura. Seu gestor, como agente político, deve utilizar sua liderança municipal, no sentido de pleitear junto aos governos federal e estadual, a atuação efetiva de seus respectivos órgãos fundiários – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Pará (ITERPA) os quais, atuando de modo convergente num projeto discriminatório da cadeia dominial das áreas ainda não regularizadas e disponíveis à produção agropecuária e florestal, possibilitem a emissão da devida titulação.

Logicamente, além dos órgãos fundiários, se farão presentes como apoiadores, a própria Prefeitura Municipal e, também, as representações dos diferentes elos das cadeias produtivas instaladas no município, detentores de informações úteis e necessárias ao processo discriminatório. A titulação da área do produtor é de importância fundamental como passo inicial e decisivo para a produção e o estabelecimento da cadeia produtiva, ao oferecer a segurança fundiária necessária aos desdobramentos nos segmentos ambiental, do financiamento da produção, da certificação para a comercialização, e também como segurança jurídica, fator

importante para a decisão de investimentos.

O *modus operandi* convencional, no qual somente os órgãos fundiários atuam demandados pela conjuntura estadual, não linear no seu aspecto econômico, não tem surtido efeito prático e necessário a responder àqueles polos de produção, como é o caso de Paragominas. Portanto, é necessário que um novo sistema operacional, como este aqui proposto, localizado e contando com uma união de esforços de todos os segmentos da sociedade, seja operacionalizado de modo permanente até a solução da regularização fundiária do município, de modo a se tornar mais um fator de atração a novos empreendimentos e que continuem a alicerçar o crescimento econômico, impulsionador do desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma prioridade política do município, no sentido de viabilizar seu crescimento econômico. Caso essa solução torne-se exitosa, a repercussão positiva deverá se refletir em outros municípios que, ao procurar pô-la em prática, favorecerá os interesses do próprio Estado, que impulsionando sua regularização fundiária, priorizará aqueles municípios que se encontram à frente no crescimento econômico.

### **O processo de regulamentação e licenciamento ambiental.**

Os princípios que estabelecem a base para o uso sustentável dos recursos naturais ligados ao agronegócio estão contidos no Código Florestal (CF), estabelecido pela Lei 12.651/2012. Com a implementação desse marco regulatório julga-se possível compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção natural das florestas e demais formas de vegetação nativa. Dentre os mecanismos básicos que compõe a regulamentação do Código, destacam-se o Cadastro Ambiental Rural - CAR; o Programa de Regularização Ambiental - PRA e as Cotas de Reserva Ambiental - CRA. Embora ainda não totalmente regulamentado, o CF, através do CAR tem possibilitado a regulação de cerca de 281 milhões de hectares de vegetação nativa remanescentes em imóveis rurais brasileiros (Observatório do Código Florestal, 2016). O governo federal, em estreita parceria com os governos estaduais e municipais, devem implementar as bases estabelecidas na Lei de forma a que todos possam usufruir dos seus benefícios.

Infelizmente, diferentes problemas inerentes à máquina administrativa pública têm dificultado a implementação efetiva do Código e, nesse contexto prejudicado o bom desempenho do setor produtivo rural. Urge a presteza na emissão das licenças e o estabelecimento de mecanismos que viabilizem a negociação de códigos de conduta aos produtores que tenham dificuldades em cumprir as diversas normativas estabelecidas.

Como já referido, a produção agropecuária na Amazônia tem sido alvo da crescente pressão ambientalista no sentido de barrar sua expansão, mesmo que ela ocorra em áreas antropizadas. A produção de soja defronta-se com a Moratória da Soja, mecanismo de controle e pressão, via mercado comprador desta *commodity*, produzida no bioma Amazônia. Recentemente passou a vigorar o Protocolo Verde dos Grãos, com exigências mais amplas, envolvendo o poder público, que atingem desde a regularização fundiária da área em produção, além de outras instâncias.

O Brasil, com uma superfície de 851,6 milhões de hectares, cultiva tão somente 7,6% dessa área, ficando em terceiro lugar entre os dez maiores países do mundo em extensão territorial e grandes produtores agropecuários. A Argentina, concorrente direta do Brasil na produção de grãos, nesse *ranking*, está classificada em quarto lugar, com 14,0% (USGS, 2018).

Esses dados confirmam aqueles da Embrapa Territorial (EMBRAPA, 2017)



estabelecendo que o espaço rural brasileiro é, na prática, uma sucessão de ilhas e arquipélagos de cultivos e pastagens num imenso oceano de formações vegetais nativas naturais, em diferentes estados de proteção, preservação e conservação. Informa também que, ao contrário do que ocorre na maioria dos países, não é a zona rural que contém manchas de florestas e de vegetação nativa, e sim, é a imensa e diversificada área de vegetação nativa que contém as atividades rurais. Em termos relativos, o Brasil é o país que menos utiliza e cultiva as suas terras.

Paragominas desde 2008, com o lançamento do Programa Município Verde, hoje adotado para todo o estado, tem caminhado no sentido de se colocar na posição de preservar e produzir racionalmente. Mas, para que esse objetivo seja plenamente alcançado, faz-se necessário que a regularização ambiental seja objeto de ação semelhante àquela proposta para a regularização fundiária, isto é, ter uma ação local com a participação dos órgãos ambientais e das entidades públicas e privadas, atuante no município, com o objetivo precípuo de resolver a questão ambiental, de modo que o município possa preservar e produzir.

### **CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS.**

- Os autores do relatório foram convidados pela Diretoria da Radio Jarana, FM 101,1, uma emissora local, a concederem uma entrevista, ao vivo, no programa “Agronejo”, no dia 05/04/2018. Durante a produtiva entrevista, foi possível cada entrevistado expressar o seu pensamento sobre o setor do agronegócio de grãos no Pará.
- Ao final da viagem os autores do relatório realizaram uma visita de cortesia à vice-prefeita do município de Paragominas, Sra. Mosemary Pereira, com a qual foi mantido proveitosa conversa sobre a situação atual e perspectivas futuras do agronegócio no município.

**A vice-prefeita do município de Paragominas Sra. Mosemary Pereira, ladeada pelos técnicos Francisco Barbosa (a esquerda) e Emeleocipio Andrade.**



## **BIBLIOGRAFIA.**

**ANDRADE, Emeleocipio B.; BARBOSA, Francisco B. C. da** e SOARES, P. S. B. *Incorporação das Áreas de Cerrado do Sul do Pará ao “Programa Corredor de Exportação Norte”*. Belém: SAGRI, 1992. Relatório de Viagem.

**ANDRADE, Emeleocipio B.** A Geopolítica da Soja na Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 2006. 214 p.

**ANDRADE, Emeleocipio B.;** EL-HUSNY, Jamil. C. e SILVEIRA FILHO, A. O agronegócio de grãos no Pará: uma alternativa sustentável para a recuperação de áreas degradadas. *In* A Geopolítica da Soja na Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 2006. Pag. 13-36.

**BARBOSA, Francisco B. C. da.** *Pecuária na Amazônia: do sistema extensivo à modernização.* 2016 Disponível em <<http://www.ipades.com.br/artigos/2016/PECUARIA/NA/AMAZONIA/DO/SISTEMA/EXTENSIVO/A/MODERNIZAÇÃO>>. Acesso em 11.04.2018.

**BARBOSA, Francisco B. C. da.** *Paragominas: um ponto fora da curva no desenvolvimento econômico paraense.* 2010. Disponível em <<http://www.ipades.com.br/artigos/2010/ipades-Paragominas-Tome-Acu.pdf>>. Acesso em 11.04.2018.

BASTOS, Therezinha X.; PACHECO, Nilza A.; FIGUEIREDO, Ricardo de O. e SILVA, Gláucia F. G. Características agroclimáticas de Paragominas. Belém: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 2005. Serie Documentos 228. 21p.

EL-HUSNY, Jamil. C.; **ANDRADE, Emeleocipio B. de** & MEYER, Mauricio C. & ALMEIDA, L.A. Cultivares de soja para Paragominas-Pará. Belém, EMBRAPA-CPATU, 1998. 8p. (EMBRAPA-CPATU. Circular Técnica, 76).

EL-HUSNY, Jamil C.; **ANDRADE, Emeleocipio B. de**, ALMEIDA, L.A. de; MEYER, Maurício C. & MIRANDA, M.A.C. Indicação da cultivar de soja MA/BR 65 (Sambaíba) para plantio no Pará. *In*. REUNIÃO DE PESQUISA DE SOJA DA REGIÃO BRASIL CENTRAL, 20. 1998, Londrina. Ata e Resumos. Londrina: EMBRAPA/CNPSO, 1998. P. 347.

EL-HUSNY, Jamil C.; **ANDRADE, Emeleocipio B. de**; ALMEIDA, L.A. de; MEYER, Mauricio C. & MIRANDA, M.A.C. Indicação da cultivar de soja Embrapa 63 (Mirador) para plantio no Pará. REUNIÃO DE PESQUISA DE SOJA DA REGIÃO BRASIL CENTRAL, 20. 1997, Londrina. Ata e Resumos. Londrina: EMBRAPA-CNPSO, 1998. P. 348.

EL-HUSNY, Jamil C.; **ANDRADE, Emeleocipio B de**; SILVA, José F. de A.F. da & MEYER, Maurício C. Efeito do espaçamento e densidade de plantio no comportamento de cultivares de soja no sul do Pará. *In*: REUNIÃO DE PESQUISA DE SOJA DA REGIÃO BRASIL CENTRAL, 20. 1997, Londrina. Ata e Resumos. Londrina: EMBRAPA-CNPSO, 1998. P. 207.

EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006, 2ª ed.

EMBRAPA. Agricultura e Preservação Ambiental: uma primeira análise do cadastro ambiental rural. Disponível em <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/car/>> Acesso em: 12.04.2018

MULTIGRAIN. Previsão da safra de 2017/2018. Paragominas: MULTIGRAIN Unidade de Paragominas. 2018. Informação pessoal.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTA. Código Florestal: Avaliação 2012/2016. São Paulo: OCF. 2016. 42 p.

PACHECO, Nilza A.; EL-HUSNY, Jamil C.; **ANDRADE, E.B. de** & BASTOS, Therezinha X. Época mais favorável para o plantio de soja em Paragominas-Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FISILOGIA VEGETAL, 6. Resumos, Belém, Pa. 1997. P. 274.

SAGRI. Polo Agroindustrial da Soja do Sul/Sudeste do Estado do Pará. Belém: SAGRI. 1994. 14 p.

USGS. *Cropland extent\area*. 2018. Disponível em <<https://geography.wr.usgs.gov/science/croplands/index.html>> Acesso em 11.04.2018.

***Elaborado em:***

Belém, 12 de abril de 2018.

***Assinatura***

**Emeleocipio B. de Andrade**

**Francisco B. C. Barbosa**